

Saúde não paga a fabricante e pode ficar sem AZT

Praticamente o único fornecedor, laboratório oficial deixa de produzir e o Governo terá que comprar mais caro no exterior

Leticia Lins e Isabel de Paula

• RECIFE E BRASÍLIA. Praticamente o único fornecedor de AZT para o Ministério da Saúde, o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe) deixou de produzir, em apenas uma semana, oito milhões de comprimidos usados para combater os efeitos da Aids. O Lafep suspendeu a fabricação de mais 11 remédios que seriam fornecidos à Central de Medicamentos (Ceme), entre os quais os utilizados no tratamento da tuberculose, da diarreia, do cólera, da asma e de doenças psíquicas.

Como o Lafep, 12 dos 17 hospitais oficiais paralisaram a linha de produção destinada à Ceme, porque o Governo não repassou a parcela de R\$ 48 milhões relativa a setembro, que, por força de convênio, possibilitaria a fabricação dos remédios.

— A paralisação não é uma decisão política para pressionar o Governo, mas uma questão financeira mesmo — desabafou Antônio José Alves, presidente da Associação dos Laboratórios Far-

macêuticos Oficiais do Brasil (Alfob). — Assinamos um contrato com o Ministério da Saúde, temos a obrigação de cumprir e ele teria a obrigação de nos repassar os recursos para a aquisição de matéria-prima e outras despesas de produção. O que está acontecendo é uma irresponsabilidade do Governo para com os laboratórios oficiais e também para com a população.

Alves informou que os laboratórios oficiais propiciam uma economia de até 87% ao Ministério da Saúde em relação aos preços cobrados pelas indústrias.

— Juntos, os 52 itens fabricados pelos laboratórios oficiais somam 11.435.805 caixas de medicamentos, ou 1.489.085.709 unidades. Se o Governo adquirisse esses remédios no mercado, teria que desembolsar R\$ 313.106.655. Mas adquire tudo isso, através dos laboratórios conveniados com a Ceme, por R\$ 153.141.709 — disse, mostrando-se supreso com a informação de que o Governo estaria inclinado a importar os medicamentos cuja produção está suspensa.

— Se eles não têm dinheiro para nos pagar, como vão ter para importar? — indagou ele.

De acordo com o convênio firmado pelo Ministério da Saúde através da Ceme, o Governo dividiu o repasse de recursos aos laboratórios oficiais em quatro parcelas: três de 30% (cada uma no valor de R\$ 48 milhões) e a última de 10%. Até agora, só a primeira, de julho, foi paga.

— Os laboratórios oficiais têm por finalidade propiciar economia ao Governo e regular os preços de medicamentos, já que 65% do mercado nacional de US\$ 8 bilhões são dominados pelas multinacionais — disse.

O Lafep fabrica por dia um milhão de cápsulas de AZT, fornecendo anualmente 35 milhões de cápsulas ao Governo. Entre os remédios que estão sem produção encontra-se ácido acetilsalicílico (aspirina), propamida (contra diarreia), isoniazida e rifampicina (contra tuberculose), penicilina e sais de reidratação, para combater os efeitos da diarreia.

Alves alertou que vai faltar AZT na rede pública de saúde a partir

do próximo mês e que será preciso comprar o medicamento de laboratórios particulares. O AZT é um medicamento essencial na composição do coquetel de drogas que o Ministério da Saúde começará a distribuir, gratuitamente, para cerca de dez mil doentes de Aids a partir de dezembro. Em meio à crise, o vice-presidente Marco Maciel anuncia oficialmente hoje — Dia Mundial de Luta Contra a Aids — o lançamento do programa de distribuição do coquetel de medicamentos.

O coordenador do Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, assegurou que não vai faltar AZT. Chequer disse que o estoque é suficiente para atender à demanda pelo coquetel de antiretrovirais — remédios que inibem a ação do HIV — nos próximos meses. Chequer ressaltou, no entanto, que, se faltar o produto, será aberta uma licitação de emergência. Neste caso, o Governo poderá pagar até 73% acima do que gasta com a compra no laboratório oficial. O Lafep cobra R\$ 56 pela caixa de

cem cápsulas de AZT, enquanto, no mercado, o mesmo produto é vendido por R\$ 97,14.

O Lafep anunciou que só vai retomar a produção do remédio quando o ministério regularizar o pagamento das compras. Ainda assim, será necessário no mínimo um mês para que a produção de AZT volte ao normal.

O problema da dívida do Ministério da Saúde com os laboratórios oficiais vem se arrastando desde maio, quando deveria ter sido paga a primeira parcela de uma compra de 1,5 milhão de unidades de medicamentos. Dos R\$ 153 milhões devidos, o Ministério da Saúde só conseguiu pagar R\$ 48 milhões até agora.

Além do AZT, os laboratórios também interromperam a produção de remédios para os programas do ministério de combate a tuberculose, hanseníase, cólera, meningite, esquistossomose e malária, dentre outras.

— Vai faltar remédios na rede pública porque ninguém consegue continuar produzindo no vermelho. Quando o Ministério da Saúde resolver liberar o dinheiro

não vamos conseguir fabricar as drogas da noite para o dia — afirmou Alves.

O Ministério da Saúde assinou um convênio com o Lafep para a produção de 36 milhões de cápsulas de AZT este ano, mas só foram fabricadas dez milhões de unidades. O Lafep tem dívida de R\$ 6,5 milhões com fornecedores e bancos e alega não ter condições de continuar em funcionamento. No próximo mês, vai dar férias coletivas aos funcionários.

O laboratório vai começar a produzir o remédio Ganciclovir, que combate o vírus causador da cegueira em doentes de Aids, mas, segundo Alves, o produto não será vendido ao ministério.

O Governo federal anunciou ontem que o Ministério da Saúde acaba de fechar um acordo com o Exército para iniciar ações de prevenção da Aids junto às populações indígenas da Amazônia legal e nas fronteiras. Hoje, na cerimônia do Dia Mundial de Luta Contra a Aids, serão homenageadas pessoas que se destacaram na luta contra a doença nos últimos 15 anos. ■